
CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA

X MANDATO

Acta N.º15 de 24/07/13

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho do ano dois mil e treze, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita sob a Presidência do Sr. Vice-Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores António José Gonçalves Duro, Vítor Manuel Rodrigues Cabral, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça e Miguel Francisco Amoêdo Canudo.

De notar as ausências do Sr. Presidente João Manuel de Jesus Lobo e dos Srs Vereadores Vivina Maria Semedo Nunes, Carlos Alberto Picanço dos Santos e Maria João Aleixo Carvalho, por se encontrarem de férias, sendo consideradas justificadas as faltas.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice-Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. TÉCNICOS DE NATAÇÃO – CONTRATAÇÃO EM REGIME DE AVENÇA 7
2. DESISTÊNCIA DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM QUIOSQUE SITO NA RUA AUGUSTO GIL – BAIXA DA BANHEIRA 8

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice-Presidente, foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção dos Múncipes:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Camilo – Voltou a expor, como em anteriores reuniões públicas, a situação do barulho provocado pelo bar que se situa perto da sua habitação, localizada na Moita, informando que neste momento já dispõe de

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

advogado para o acompanhar em todo o processo e reclamando pelo facto de o mesmo se ter dirigido aos serviços da Câmara, ter solicitado, e não lhe ter sido facultado o seu processo, descrevendo em seguida como decorreu esta situação e voltando a referir e a descrever as várias medições que foram efectuadas, na sua casa, referentes ao barulho que o bar provoca e salientando que apesar do tempo que já decorreu ainda não foram feitas obras de insonorização no referido estabelecimento, ficando a aguardar a resposta da Câmara Municipal sobre o assunto.

Sr. Mário Rodrigues – Disse trazer a esta reunião três assuntos para colocar, que passou a descrever:

- Sobre a limpeza das ruas no Bairro da Liberdade disse que há cerca de um mês andou uma máquina “a dar química” nas ervas existentes nas ruas, mais abandonadas, e estaria tudo certo não fosse isto estar a acontecer numa altura que pensa não ser a exacta, porque “a química” não se dá com o pasto seco e há poucos dias andou uma máquina a cortar, portanto parece-lhe ser trabalho em duplicado;
- outro assunto, é o que já costuma trazer às reuniões públicas, e sobre o qual reforçou o seu pedido de um passeio na estrada do Penteado, junto às moradias, uma vez que existem alguns locais, que mencionou, onde existe espaço suficiente para que o mesmo possa ser feito;
- voltou a expor o problema do incomodo das bandas sonoras na estrada do Penteado, junto às habitações, assunto que tem exposto nas várias reuniões públicas, e que voltou a chamar a atenção da Câmara Municipal para que possa haver alguma alteração que solucione o problema.

Sr. Cabrita – Chamou a atenção para o problema dos esgotos do Penteado que ainda estão em falta, mas disse que já tinha abordado o assunto na última reunião pública, e se ficou escrito já nada mais tinha a adiantar.

Outro assunto que trás a esta reunião é a questão da estação da CP, no Penteado, porque as pessoas que vêm para a estação, na parte Sul, não têm espaço para fazer inversão de marcha aos carros, ou seja, têm que ir até ao Bairro 25 de Abril, que é quase um quilómetro, para voltarem para trás, porque na altura foi pedido à REFER, que fizesse, no local, um estacionamento, mas nem existe estacionamento e a estrada, que já é estreita, ainda tem um traço contínuo, logo não se pode fazer inversão de marcha, solicitando à Câmara que interviesse junto da REFER para que se possa resolver o assunto.

Reforçou o atrás dito sobre o corte das canas e a limpeza das ervas existentes nas ruas.

Sr. Filipe Lagarto – Veio a esta reunião solicitar um esclarecimento sobre uma situação que lhe aconteceu, e que passou a descrever, ou seja, há cerca de quinze dias a Câmara Municipal andou a fazer a recolha das viaturas estacionadas abusivamente, pensando que segundo a Lei o fez correctamente, o que não foi muito correcto foi a forma como a Lei foi aplicada no seu caso, porque para além de os funcionários que fizeram a recolha do seu veículo lhe ter respondido de forma menos própria, mesmo depois de ter dado a explicação que este tinha sido reparado há pouco tempo, arrastaram o carro para o reboque quase partindo a caixa, perguntando como é que os serviços da Câmara podem justificar que o seu carro estava estacionado abusivamente.

Sr. Tavares da Silva – Disse que leu no Jornal da Moita que a Câmara reconhece que há necessidade de reorganizar os mercados, tendo ficado satisfeito com a notícia passou em seguida a ler algumas passagens da notícia, que comentou, nomeadamente a questão dos dias de greves dos trabalhadores, que sendo um direito dos mesmos, pensa que os mercados deveriam estar abertos para que os comerciantes pudessem trabalhar, uma vez que a situação económica já está muito difícil e sem trabalho o País não vai para a frente, solicitando que em futuras greves dos trabalhadores, os vereadores tivessem em consideração a questão da abertura dos mercados.

Disse saber que a autarquia vive com dificuldades e por isso não pede a asfaltagem total das ruas, mas que pelo menos os buracos sejam tapados, dando alguns exemplos como a estrada nacional 11 na Baixa da Banheira que cada vez está pior, na rua da Quinta, na Moita, acrescentando ainda mais alguns exemplos.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

A pedido dos moradores da Rua D. Manuel I, na Moita, solicitou à Câmara Municipal que fosse feita a limpeza desta mesma rua uma vez que os passeios estão cheios de dejectos dos animais, papeis e até os restos dos contentores, uma vez que a rua há muito que não é limpa.

Pediu um esclarecimento em relação a uma rua em Alhos Vedros, nomeadamente a que vai da estação e sai perto dos correios, que tem só um sinal de STOP, pensando que as viaturas que vão para a lado da Baixa da Banheira não conseguem, ou não devem, virar uma vez que a estrada nacional tem traço contínuo, solicitando que seja revista a sinalização.

Sr. Arantes – Reclamou pelo facto de o período para intervenção dos munícipes ser feita de uma só vez porque após a resposta dada, pelo executivo, às questões colocadas pelos munícipes estes não têm hipótese de recolher mais nenhum esclarecimento, enumerando algumas situações que lhe aconteceram e descrevendo os assuntos abordados.

Explanou a questão do efeito do aumento do IVA nas empresas do Concelho e voltou a falar nas questões da incomodidade sonora, inclusive a da sua habitação.

Sr. Mário Afonso – Disse ser residente no Penteado e veio a esta reunião para falar do saneamento básico, perguntando para quando irá ter o privilégio de poder drenar as águas residuais para a rede pública como fazem a maioria dos residentes do Concelho, esclarecendo que reside perto da Quinta do Chora, e que a única alternativa que tem é solicitar à Câmara Municipal o serviço de vazamento de fossas e apesar de os funcionários serem muito atenciosos e o serviço ser excelente, por vezes atrasam-se, por algum motivo, e recentemente aconteceu o atraso ser de muitos dias tendo ficado com a casa alagada e toda suja porque houve retorno de águas, voltando a questionar quando é que aquele troço vai ter esta situação resolvida. Acrescentou ainda que o serviço de vazamento de fossas é por diversamente solicitado por pessoas que moram em local onde já existe saneamento público, mas que não fazem as ligações das suas casas à rede, sobrecarregando os serviços que assim não conseguem dar a assistência devida aos que não tem acesso à rede pública, acrescentando que isto não faz sentido e solicitando à Câmara Municipal se não podia fazer alguma coisa sobre este assunto uma vez que assim aliviava a vida àqueles que ainda não têm o privilégio de ter as suas casas ligadas à rede pública.

Questionou ainda se seria possível serem os munícipes, residentes neste local, a juntarem-se e a avançarem com a obra de ligação das suas casas à rede pública, e se lhe poderia ser fornecida toda a informação necessária, nomeadamente quanto aos custos, quem iria fazer, entre outras e quais seriam as contrapartidas que a Câmara Municipal daria a nível, por exemplo, de isenções.

De seguida foi dada a palavra aos Srs. Vereadores para que esclarecessem os assuntos expostos.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Sobre o exposto pelo munícipe, Sr. Camilo, disse nada ter a acrescentar, de novo, ao assunto, no entanto referiu que a Câmara Municipal pediu ao explorador do bar um relatório que ainda não foi entregue, acrescentando que esteve presente numa reunião em que o Sr. Presidente da Câmara tomou nota e vai ele próprio falar com o explorador do Bar acerca deste assunto.

Sobre o assunto exposto pelo munícipe acerca da “química” que foi dada nas ervas, esclareceu que este foi um ano atípico e isso levou a que efectivamente a “monda química” tivesse sido prorrogada no tempo, mas a informação que dispõe é que apesar de não ser na altura certa funciona na mesma, ou seja o produto seca e depois é mais fácil o corte.

Sobre as bandas sonoras disse já ser do conhecimento de todos, uma vez que já foi dito várias vezes, qual a opinião da Câmara Municipal sobre o assunto, em relação aos passeios disse estar a ser feito um belíssimo trabalho pela Junta de Freguesia, que está a fazer os passeios, com a colaboração da Câmara, sendo que neste momento está-se a fazer no sentido Pinhal Novo/Moita.

Acerca da solicitação para que a Câmara Municipal interceda junto da REFER para resolver o assunto junto da Estação do Penteado disse que foi tomada nota para ser, posteriormente, comunicada ao Sr. Presidente, que através do Urbanismo tentará resolver, no entanto a Comissão de Moradores tem conhecimento de todas as reivindicações que foram feitas pela Câmara Municipal junto da REFER sobre este assunto.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Voltou a explicar como se processa o corte das canas no Concelho.

Sobre a questão do mercado disse estar a ser preparada uma alteração, explicando em seguida como está a ser efectuada toda a reestruturação do mesmo, tanto a nível de ficheiros dos feirantes, uma vez que alguns já não aparecem há mais de um ano, assim como da gestão do espaço. Quanto à questão da abertura dos mercados em dias de greve afirmou que a greve é um direito dos trabalhadores e enquanto forem eleitos, nesta Câmara Municipal, nunca se irão substituir aos trabalhadores.

Sobre a remoção dos carros, fez menção ao que a Lei dispunha anteriormente e as alterações que a mesma sofreu, que fez com que já não fosse preciso notificar os proprietários antes, mas sim depois da remoção do veículo, e foi isso que aconteceu, explicando em seguida como se desenvolve todo o processo da remoção.

Quanto aos restantes assuntos que foram colocados disse ter tomado nota para que os serviços possam ir verificar.

Sr. Vice-Presidente – Sobre as questões colocadas pelo Sr. Camilo disse não haver nada de novo, mas foi falado pelo executivo, há pouco tempo, que se não houver nenhuma evolução rápida do assunto ir-se-á proceder à redução do horário de funcionamento do estabelecimento em causa.

Sobre a questão dos passeios, no Penteadado e nas zonas mais periféricas do Concelho, informou que este processo está a ter um desenvolvimento mais acelerado nos últimos tempos através de parcerias criadas entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, estando-se pois a fazer investimentos conjuntos para que este trabalho possa prosseguir e melhorar estas áreas.

Em relação à questão dos esgotos no Penteadado informou que a Câmara tinha e tem o projecto global dividido em fases e foram concluídas as fases do lado Norte e ia-se iniciar as fases do outro lado, que tem um custo estimado que ultrapassa os setecentos mil euros e a Câmara não teve capacidade de nos anos de 2011 e 2012 para lançar a obra, apesar de se ter consciência que é processo insustentável por mais tempo e é preciso dar resposta e aquilo que já está assumido e que já foram dadas instruções aos serviços é para ser feito o projecto, segmentar toda a intervenção em parcelas mais pequenas que sejam suportáveis pelos orçamentos anuais de forma a reiniciar-se a colocação do saneamento básico, apesar de todos termos a noção que a capacidade de investimento da Câmara Municipal é muito pequena. Disse ainda que, realmente, não faz sentido e não devia acontecer, fazer-se limpezas de fossas em zonas onde já existe saneamento, tendo já sido dadas instruções para se deixar de fazer, acrescentando que estas situações já aconteceram noutros bairros e chegou a um ponto onde a Câmara Municipal teve que o fazer coercivamente, ou seja os munícipes foram notificados que, ou faziam a ligação ou teriam multas, porque havendo rede pública a ligação é obrigatória.

Sobre a questão colocada acerca da remoção do veículo disse não estar nesta reunião presente o vereador do pelouro respectivo e não dispõe de dados para poder justificar o que se passou, sugerindo ao munícipe que marcasse uma reunião com o vereador respectivo para que lhe fosse explicado correctamente o que aconteceu.

Comentou a intervenção e esclareceu o munícipe sobre as questões da aplicação do IVA, o efeito que teve nas empresas do Concelho e o quanto tem sido reclamado, pela Câmara Municipal, os aumentos efectuados pelos Governos.

Em seguida o Sr. Vice-Presidente deu início ao período anterior à ordem do dia.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Vice-Presidente apresentou para conhecimento:

- A relação dos actos praticados no uso da delegação e subdelegação de competências, no período compreendido entre 8 e 19 de Julho em curso;

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

- O Presidente da Assembleia Municipal de Almada remeteu para conhecimento documento que resume as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal na sessão plenária de Junho de 2013;

- A posição actual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria, da Câmara.

O Sr. Vice-Presidente apresentou um Voto de Pesar, que abaixo se transcreve, o qual foi aprovado por unanimidade.

Voto de Pesar

“José Júlio Viegas Calisto era trabalhador da Câmara Municipal da Moita desde 01 de Janeiro de 1987, exercendo a sua actividade como encarregado de brigada dos serviços de higiene e limpeza.

Dos 26 anos que trabalhou para o Município fica o reconhecimento dos que com ele lidaram como uma pessoa íntegra, dedicada, leal e empenhada.

Em nome da Câmara Municipal da Moita, o executivo manifesta o seu mais profundo pesar à família do trabalhador José Júlio Viegas Calisto, e presta, desta forma, a sua respeitosa homenagem.”

Em seguida, o Sr. Vice-Presidente apresentou a **Moção** que abaixo se transcreve.

Moção

Pelos direitos dos trabalhadores da Administração Pública/Local

“Apesar do que o Governo incessantemente tenta transmitir, não são os trabalhadores, no geral, e os da Administração Pública e Local, em particular, os responsáveis pela profunda crise que o País atravessa. É sim resultado de políticas erradas e da má gestão dos sucessivos Governos. E mais um erro grave, mais uma injustiça, está prestes a ser imposta aos trabalhadores da Administração Pública e Administração Local, com um pacote de medidas que reduz e elimina os direitos laborais e sociais, conquistados ao longo de décadas pela luta dos trabalhadores, e, mais grave, encapota despedimentos em massa na Administração Pública.

O aumento do horário de trabalho diário para 8 horas e 40 semanais no mínimo e a diminuição de três dias de férias e da respetiva majoração em função da idade, ao que se soma a eliminação de quatro dias de feriados, são algumas das medidas que constam neste pacote do Governo que promove, ainda mais, o empobrecimento dos trabalhadores e hipoteca o seu futuro. A estas medidas, juntam-se as já consumadas perdas salariais causadas pelo congelamento dos salários e das progressões e ainda os cortes remuneratórios aplicados nos últimos anos.

Só o Governo não reconhece os estudos, desenvolvidos nos últimos 20 anos, que apontam para o fato de que à medida que aumenta o número de horas trabalhadas durante o dia, a produtividade vai gradualmente diminuindo. O excesso de horas diárias de trabalho tem efeitos negativos sobre os trabalhadores e as organizações, baixando os níveis de segurança e o desempenho profissional, prejudicando a saúde e a sua qualidade de vida.

“Reestruturação da Administração Pública”, assim lhe chama a atual maioria que nos governa. De reestruturação não tem nada; apenas cortes e ataques aos trabalhadores e, por isso, a Câmara Municipal da Moita, reunida no dia 24 de julho de 2013, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, rejeita os diplomas que o Governo se prepara para apresentar na Assembleia da República porque colocam em causa a Democracia e as conquistas democráticas consagradas na Constituição de Abril e não salvaguardam os direitos dos trabalhadores e das populações.”

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Após a leitura da Moção foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções:

Sr. Vereador António Duro – Disse estar de acordo com a Moção, justificando com o que pensa das diversas governações, não só do governo central mas também regional e local, acrescentando, no entanto que irá cingir-se ao actual governo uma vez que é este que lá está, e que está a fazer todo este mal com as medidas que as pessoas vêem que não resolvem a situação em que o País se encontra, explanando e justificando, em seguida, o que pensa das medidas do actual governo e a sua falta de legitimidade para as tomar. Falou ainda nas condições a que os funcionários públicos hoje estão sujeitos, enumerando algumas das situações que lhes foram impostas, assim como na falta de consideração para com os reformados que trabalharam uma vida inteira, tendo chegado à conclusão que a Moção é sobre os direitos dos trabalhadores da administração pública local, mas o que este País precisa, realmente, de uma Grande Moção que é pelos portugueses, pela Pátria portuguesa, pela democracia em Portugal.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Manifestou a sua concordância com a Moção e, de certa forma, também está de acordo com o atrás dito pelo vereador, acrescentando que o que está a acontecer hoje aos trabalhadores da administração local, a todos os funcionários públicos ou seja a todos os trabalhadores em geral, corresponde a um plano de destruição das vidas das pessoas, que não é só de agora, ou seja pensa que este Governo é um peão de uma estratégia que não teve agora o seu início mas que é muito mais vasta, fazendo um pequeno historial e fundamentando estas suas afirmações com alguns exemplos para que se perceba o que está realmente a acontecer no País com o constante ataque e perda de direitos e afirmando que toda esta situação ainda se vai agravar muito mais.

Após as intervenções foi a Moção colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Vice-Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no período antes da ordem do dia.

Sr. Vereador Vítor Cabral – Disse fazer parte do Conselho Paroquial de Alhos Vedros, e como foi lá falado que no Largo da Barra Cheia andou uma máquina da Câmara a fazer buracos quis deixar aqui o alerta para que os mesmos depois fossem alisados.

Falou também na rotunda da Baixa da Banheira, junto ao “Cordas” porque viu que foram lá colocados alguns camiões de entulho e pedra perguntando se de uma vez por todas a rotunda irá ser arranjada.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que, finalmente, a Rua de Damão em Alhos Vedros foi arranjada, mas esta mesma rua quando se chega à rotunda ainda tem mais um troço, por isso solicitou o arranjo do remanescente da mesma.

Na Av^a Humberto Delgado, na zona da antiga cooperativa, alertou que vão abrindo mais buracos e seria bom que ficasse o pavimento igual à da Rua de Damão.

Disse que registou com agrado o restauro que foi feito no Moinho de Maré de Alhos Vedros, mas gostava que as obras de restauro fossem extensivas à fachada do antigo palacete, lembrando que no próximo ano comemora-se os 500 anos do foral de Alhos Vedros e o cais vai ser uma sala de visitas para a recepção das muitas pessoas que virão nessa altura e falando do cais, alertou também para o facto de na zona, com a maré baixa, continuar a passar algum esgoto.

Sr. Vice-Presidente – Disse que sobre o Largo da Barra Cheia não sabe nada, sobre o arranjo da rotunda do “Cordas” e a entrada para a “Seaside” disse que a intervenção, que finalmente se iniciou, estava imputada, em parte, à “Seaside” no âmbito do licenciamento das lojas que foram abertas, e que vai avançar e decorrer normalmente, explicando em seguida como irá decorrer a obra.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Sobre a Rua de Damão disse que no ano passado e há dois anos não houve capacidade financeira para fazer nenhum asfaltamento integral no Concelho, apenas foram tapados buracos e muitas das vezes com dificuldade, sendo que este ano houve condições para fazer algumas intervenções, e para procurar alguma justiça, relativa, foi feita uma intervenção em cada uma das principais freguesias, descrevendo quais.

Sobre o Moinho de Maré e o Palacete é óbvio que todos gostavam que o mesmo pudesse ser recuperado, ou pelo menos melhorada a sua imagem, mas a situação é bem mais complicada porque a parede do moinho estava em bom estado e a do palacete exige um restauro completo porque está a desfazer-se, não sabendo ao certo quando, ou de que forma se conseguirá lá chegar.

Sobre a questão do esgoto no Cais disse que existem duas situações, uma que tem a ver com a vala que vem do Vale da Amoreira trás às vezes águas sujas, mas o problema principal que ocorreu mais recentemente deveu-se a uma avaria na estação elevatória “do Severino” que durante alguns dias teve a correr o esgoto para o rio e foi isso que se notou, informando ainda que no final de Agosto irá haver uma intervenção de reparação e colocação de uma porta de água automática na caldeira do Moinho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

1. TÉCNICOS DE NATAÇÃO – CONTRATAÇÃO EM REGIME DE AVENÇA

“Nos termos do nº 10 do art. 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, do nº8 do art. 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, da alínea a) do nº2 do art. 22º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, conjugado com o disposto no nº4 do mesmo artigo e do nº1, do art. 6º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na redação dada pelo art. 20º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, a celebração de contratos de avença dependem de parecer favorável do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do nº2, do art. 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 27 de fevereiro e 3-B/2010, de 28 de abril.

Assim e nos termos informados pelo serviço, sou a propor que a Câmara Municipal autorize a celebração de contratos de prestação de serviço, em regime de avença, para a próxima época desportiva. A contratação dos técnicos de natação abaixo indicados, para integrarem o corpo técnico da Piscina Municipal, tem em conta o desempenho já conhecido, as especificidades dos horários a preencher, a disponibilidade apresentada e a formação de cada um deles, pelos períodos e valores globais e, respectivamente, os seguintes:

- Irina Alexandra de Oliveira Carranca Correia, um contrato com a duração de 11 meses, de 1 de setembro de 2013 a 31 de julho de 2014, com o valor global de € 3.920,00, a pagar em 11 prestações mensais;
- Sérgio Paulo Matos Picamilho, um contrato com a duração de 11 meses, de 1 de setembro de 2013 a 31 de julho de 2014, com o valor global de € 2.990,00, a pagar em 11 prestações mensais;
- João Carlos Gonçalves Pereira dos Santos, um contrato com a duração de 11 meses, de 1 de setembro de 2013 a 31 de julho de 2014, com o valor global de € 3.687,50, a pagar em 11 prestações mensais;
- Rui Manuel Cebolas Nicolau, um contrato com a duração de 11 meses, de 1 de setembro de 2013 a 31 de julho de 2014, com o valor global de € 7.528,00, a pagar em 11 prestações mensais;

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

- Raul Jorge Raimundo dos Santos, um contrato com a duração de 11 meses, de 1 de setembro de 2013 a 31 de julho de 2014, com o valor global de € 2.711,00, a pagar em 11 prestações mensais;

- Sónia Maria Guerreiro das Neves Esteves, um contrato com a duração de 10 meses, de 1 de outubro de 2013 a 31 de julho de 2014, com o valor global de € 7.053,50, a pagar em 10 prestações mensais.

Os presentes encargos irão onerar a rubrica – 06 01 01 07.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Miguel Canudo.

2. DESISTÊNCIA DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM QUIOSQUE SITO NA RUA AUGUSTO GIL – BAIXA DA BANHEIRA

“Ao dia um do mês de Julho do ano de dois mil e treze, foi rececionado requerimento apresentado pela Srª Maria de Lurdes Gamito Isidro, residente na Rua Padre António Vieira nº103 Arrozeiras, freguesia de Alhos Vedros, no qual solicitava a desistência da ocupação da via pública com quiosque, sito na Rua Augusto Gil, freguesia da Baixa da Banheira.

Assim proponho:

Que seja aceite a renúncia do titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Vice-Presidente encerrada a reunião, sendo a respectiva acta aprovada em minuta. Eram vinte e três horas. E eu, Alda Maria Fernandes Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente acta que assino com o Sr. Vice-Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em CD, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta acta.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA
